

3

Projeto pedagógico*

Psicologia: Qual é o projeto pedagógico que está sendo implantado pela Secretaria da Educação na gestão da prefeita Luiza Erundina?

Paulo Freire: Não há administração ou projetos pedagógicos neutros. Não seria, então, a administração da prefeita Luiza Erundina que faria exceção a esta regra. Isto não significa, porém, que, pelo fato de ser sua administração marcadamente voltada para os anseios e para as necessidades populares, volte as costas, desdenhosa, aos apelos daqueles segmentos que, na cidade, por viverem bem, não fazem idéia, quase sempre, do que significa apenas *sobreviver*.

É interessante observar, porém, como os que vivem bem tendem a considerar os que simplesmente sobrevivem como incapazes, incultos, invejosos, marginais perigosos e a considerar também como propriedade sua o que a cidade tem de bonito e bem-cuidado.

Para eles, os que *sobrevivem* enfeiam a cidade. Erundina pensa certo. Não pensa assim.

* Entrevista concedida ao jornal *Psicologia*, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em março de 1989.

O mesmo tipo de reflexão pode ser feito com relação ao projeto pedagógico que estamos empenhados em realizar à frente da Secretaria Municipal de Educação. Queremos uma escola pública popular, mas não populista e que, rejeitando o elitismo, não tenha raiva das crianças que comem e que vestem bem. Uma escola pública realmente competente, que respeite a forma de estar sendo de seus alunos e alunas, seus padrões culturais de classe, seus valores, sua sabedoria, sua linguagem. Uma escola que não avalie as possibilidades intelectuais das crianças populares com instrumentos de aferição aplicados às crianças cujos condicionamentos de classe lhes dão indiscutível vantagem sobre aquelas.

Como dizer de um menino popular, que se “saiu mal” na aplicação de certa bateria de testes, que não tem senso do ritmo, se ele dança eximamente o samba, se ele cantarola e se acompanha ritmando o corpo com o batuque dos dedos na caixa de fósforo? Se o teste para uma tal aferição fosse demonstrar como bailar o samba mexendo o corpo que desenha o mundo ou acompanhar-se com a caixa de fósforos, possivelmente meu neto seria considerado pouco capaz em face dos resultados obtidos pelo menino ou menina popular.

É preciso deixar claro, porém, que a escola que queremos não pretende, de um lado, fazer injustiça às crianças das classes chamadas favorecidas, nem, de outro, em nome da defesa das populares, negar a elas o direito de conhecer, de estudar o que as outras estudam por ser “burguês” o que as outras estudam. A criação, contudo, de uma escola assim, impõe a reformulação do seu currículo, tomado este conceito na sua compreensão mais ampla. Sem esta reformulação curricular não poderemos ter a escola pública municipal que queremos: séria, competente, justa, alegre, curiosa. Escola que vá virando o espaço em que a criança, popular ou não, tenha condições de aprender e de criar, de arriscar-se, de perguntar, de crescer.

Antes mesmo de assumir a Secretaria comecei a trabalhar neste sentido, vivendo um primeiro momento da reflexão em tor-

no da reformulação curricular. Momento que se intensificou em janeiro e fevereiro. Momento em que, com grupos de especialistas do mais alto nível, professoras e professores da Universidade de São Paulo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Estadual de Campinas, discuti teoria do conhecimento e educação, arte e educação, ética e educação, sexualidade e educação, direitos humanos e educação, esportes e educação, classes sociais e educação, linguagem, classes sociais, ideologia e educação. É importante salientar que esses intelectuais, físicos, matemáticos, biólogos, sociólogos, filósofos, arte-educadores etc, que alcançam agora uma centena, vêm dando a sua excelente contribuição sem ônus para a Secretaria de Educação. Recentemente tivemos a primeira reunião com todos esses especialistas em que discutimos algumas hipóteses de projetos experimentais, no campo da mudança curricular. É preciso afirmar que de forma alguma poderíamos pensar em estender às escolas — cuja vida diária, cujo mundo de relações afetivas, políticas, pedagógicas, constituem para nós o espaço fundamental da prática e da reflexão pedagógicas — os resultados de nossos estudos de gabinete para ser postos em prática. Por convicção política e razão pedagógica recusamos os “pacotes” com receitas a ser seguidas à risca pelas educadoras que estão na base. Por isso mesmo é que, nos momentos que se seguem, do processo de reformulação curricular, estaremos conversando com diretoras, com professoras, com supervisoras, com merendeiras, com mães e pais, com lideranças populares, com as crianças. É preciso que falem a nós de como vêm a escola, de como gostariam que ela fosse; que nos digam algo sobre o que se ensina ou não se ensina na escola, de como se ensina. Ninguém democratiza a escola sozinho, a partir do gabinete do secretário.

Psicologia: Qual é a forma mais adequada ou efetiva de conduzir, na prática, esse projeto de educação, para crianças e para adultos, na rede pública municipal?

Paulo Freire: Acabo de afirmar que jamais imporemos às escolas da rede municipal um perfil de escola, por mais que ele

expresse a nossa opção política e o nosso sonho pedagógico. Precisamente porque recusamos o autoritarismo tanto quanto a licenciosidade, a manipulação tanto quanto o espontaneísmo. E, porque não somos espontaneístas nem licenciosos, não nos omitimos. Pelo contrário, aceitamos que não temos por que fugir ao dever de intervir, de liderar, de suscitar agindo sempre com autoridade, mas sempre também com respeito à liberdade dos outros, à sua dignidade. Não há para nós forma mais adequada e efetiva de conduzir o nosso projeto de educação do que a democrática, do que o diálogo aberto, corajoso. Creio que as reuniões que já tive com todas as diretoras na rede revelaram a decisão política real com que venho aos encontros. Estou certo, igualmente, de que esta decisão política irá tornando-se cada vez mais clara, nas minhas visitas semanais às escolas, em que conversarei com todos e com todas sobre a vida pedagógica da escola. Em que vá ficando comprovado que “cartão” não funciona para, ferindo o direito de alguém, servir indevidamente a outro.

Não podemos, na verdade, pensar em ganhar a adesão das professoras a uma forma, por exemplo, de relacionar-se com os educandos, mais aberta, mais científica também, mais arriscada, impondo a elas o nosso ponto de vista. Precisamos antes de tudo convencer, quase converter. A formação permanente das educadoras, que não poderia deixar de ocupar um lugar singular em nossos projetos, é um dos momentos para a superação necessária de certos equívocos ou erros que obstaculizam a posta em prática eficaz de nosso projeto.

Psicologia: Considerando que o seu projeto pedagógico possui caráter ideológico e político explícito, como está sendo tratada a educação ao nível de informações ou conteúdos da ciência e da cultura letrada ou erudita?

Paulo Freire: Não é privilégio do nosso projeto pedagógico em marcha possuir caráter ideológico e político explícito. Todo projeto pedagógico é político e se acha molhado de ideologia. A questão a saber é a favor de quem e de quem, contra quem e contra

quem se faz a política de que a educação jamais prescinde. Seguindo o espírito de sua pergunta me parece importante dizer da impossibilidade, em todos os tempos, de termos tido e de termos uma prática educativa sem conteúdo, quer dizer, sem objeto de conhecimento a ser ensinado pelo educador e *aprendido*, para poder ser *aprendido* pelo educando. E isto precisamente porque a prática educativa é naturalmente gnosiológica e não é possível conhecer *nada* a não ser que *nada* se substantive e vire objeto a ser conhecido, portanto, vire conteúdo. A questão fundamental é política. Tem que ver com: que conteúdos ensinar, a quem, a favor de quem, de quem, contra quem, contra quem, como ensinar. Tem que ver com quem decide sobre que conteúdos ensinar, que participação têm os estudantes, os pais, os professores, os movimentos populares na discussão em torno da organização dos conteúdos programáticos. Esta é exatamente uma das preocupações nossas e de que falei antes, no esforço que fazemos para a reformulação do currículo das escolas municipais da cidade de São Paulo.

Para nós, não há sombra de dúvida em torno do direito que as crianças populares têm de, em função de seus níveis de idade, ser informadas e formar-se de acordo com o avanço da ciência. É indispensável, porém, que a escola, virando popular, reconheça e prestigie o saber de classe, de “experiência feita”, com que a criança chega a ela. É preciso que a escola respeite e acate certos métodos populares de saber coisas, quase sempre ou sempre fora dos padrões científicos, mas que levam ao mesmo resultado. É preciso que a escola, na medida mesma em que vá ficando mais competente, se vá tornando mais humilde. O conhecimento que se produz social e historicamente, tem historicidade. Não há conhecimento novo que, produzido, se “apresente” isento de vir a ser superado.

É preciso que a escola popular, sobretudo a que se situa no mais fundo das áreas periféricas da cidade, pense seriamente a questão da linguagem, da sintaxe popular, de que falo e escrevo

faz tanto tempo. Faz tanto tempo e muitas vezes mal entendido ou distorcido. Aproveito agora uma dimensão de sua pergunta e volto ao assunto. Não é possível pensar a linguagem sem pensar o mundo social concreto em que nos constituímos. Não é possível pensar a linguagem sem pensar o poder, a ideologia.

O que me parece injusto e antidemocrático é que a escola, fundamentando-se no chamado "padrão culto" da língua portuguesa, continue, de um lado, a estigmatizar a linguagem da criança popular, de outro, ao fazê-lo, a introjetar na criança um sentimento de incapacidade de que dificilmente se liberta. Nunca eu disse ou escrevi, porém, que as crianças populares não deveriam aprender o "padrão culto". Para isso, contudo, é preciso que se sintam respeitadas na sua identidade, que não se sintam inferiorizadas porque falam diferente. É preciso, finalmente, que, ao aprender, por direito seu, o padrão culto, percebam que devem fazê-lo não porque sua linguagem é feia e inferior, mas porque, dominando o chamado padrão culto, se instrumentam para a sua luta pela necessária reinvenção do mundo.

Psicologia: Em que converge ou diverge dos Cieps, desenvolvidos por Darcy Ribeiro na Secretaria da Educação do Rio de Janeiro?

Paulo Freire: Tenho grande respeito e enorme amizade a Darcy Ribeiro, intelectual para quem amar e imaginar, sonhar não são experiências antagônicas à seriedade e à rigorosidade científicas.

Não penso em divergências ou convergências entre o que estamos projetando aqui e agora e os Cieps. A mim me interessa, já que você fez a pergunta, deixar claro ser impossível pensar a prática educativa, portanto a escola, sem pensar a questão do tempo, de como usar o tempo para a aquisição de conhecimento, não apenas na relação educador-educando, mas na experiência inteira, diária, da criança na escola.

A escola progressista, séria, não pode estragar o tempo, botar a perder o tempo de a criança conhecer. Mas só a partir, me

parece, de um limite mínimo de tempo para a prática escolar é possível pensar em como usá-lo de forma produtiva. Esse limite mínimo, para mim, é de quatro horas. Não vejo como trabalhar eficientemente com turnos de três horas, a não ser em situações emergenciais. Nestes casos — no momento vivemos em alguma ou outra escola esta dramática situação — é necessário que fique clara aos pais a razão de ser da situação de emergência. A questão do tempo está posta no centro da concepção dos Cieps, o que já lhes dá um indiscutível crédito.

Para a cidade de São Paulo eu preferiria, como estou preferindo, fazer o possível para que vivamos intensamente, produtivamente, criadoramente as 4 horas de atividades das escolas de 1º grau.

Psicologia: Como lidar com as expectativas da clientela das escolas (os próprios alunos e os seus pais), que pode reagir de forma contrária, opositora ou indiferente às propostas pedagógicas da atual Secretaria de Educação?

Paulo Freire: De forma democrática também. Devemos iniciar neste mês de março, nas áreas populares, comícios ou assembleias pedagógicas, em que, de um lado, mostraremos o estado deplorável em que encontramos cerca de cinquenta escolas, de outro, discutiremos os passos que estamos dando com relação à mudança da "cara" da escola. Neste mês, ainda, faremos um primeiro encontro com 40 a 50 alunos da 5ª série para ouvir deles o que pensam da escola e falar um pouco a eles de como pensamos.

Haverá, obviamente, certas medidas, que serão tomadas porque pô-las em prática é tarefa nossa. Mas, tudo o que for preciso ser discutido o será.

Psicologia: O que se espera dos Conselhos populares de educação em relação à qualidade do ensino?

Freire: Em certo sentido a resposta está contida na anterior. As assembleias ou plenárias pedagógicas, esperamos, terão uma

importância fundamental. Através delas é possível que se dê em nível profundo uma real participação da comunidade de pais e de representantes de movimentos populares na vida inteira das escolas.

Já disse e agora repito que a democratização da escola não pode ser feita como resultado de um ato voluntarista do Secretário, decretado em seu gabinete.